

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 16 520/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Junho de 2005 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata:

José Manuel Marques de Matos Rosa — exonerado, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, do cargo de consultor principal do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

12 de Julho de 2005. — Pela Secretária-Geral, (*Assinatura ilegível*.)

Louvor n.º 1277/2005. — Tendo cessado funções no Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata em 30 de Junho de 2005, cumpre-me expressar a Cecília da Conceição Martins Carrilho o meu profundo reconhecimento pela sua competência, dedicação, empenho e lealdade.

1 de Julho de 2005. — O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, *Luís Marques Guedes*.

Louvor n.º 1278/2005. — Tendo cessado funções no Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata em 1 de Julho de 2005, cumpre-me expressar à licenciada Paula Sofia da Cunha Rego Hasse de Oliveira o meu profundo reconhecimento pela sua competência, dedicação, empenho e lealdade.

5 de Julho de 2005. — O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, *Luís Marques Guedes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

Despacho n.º 16 521/2005 (2.ª série). — 1 — O regulamento do concurso de boas práticas de modernização autárquica, aprovado pelo despacho n.º 6480/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2004, visa reconhecer e incentivar a modernização autárquica, bem como atribuir o Prémio Nacional de Excelência Autárquica, em função da qualidade da exemplaridade e da originalidade das práticas autárquicas.

2 — O referido regulamento prevê a constituição de um júri de selecção e apreciação de candidaturas ao concurso anual de Boas Práticas de Modernização Autárquica.

3 — Assim, determino que o júri do concurso anual de Boas Práticas de Modernização Autárquica tenha a seguinte composição:

Dr.ª Anabela Santos (efectiva) e Dr.ª Helena Curto (suplente), em representação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, que preside ao júri.

Dr. Rui Moreira (efectivo) e Dr. Jorge Abreu (suplente), em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Dr.ª Maria de Lourdes Castro e Sousa (efectiva) e Dr. António Cachulo da Trindade (suplente), em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Dr.ª Maria Fernanda Ilharco de Moraes Sarmento (efectiva) e Dr.ª Maria João Cavilhas (suplente), em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Dr.ª Deodata Roque Branco (efectiva) e Dr. Manuel António David (suplente), em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Dr.ª Teresa Maria Almeida Marques (efectiva) e Dr. José António Madeira (suplente), em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Dr.ª Ana Maria de Campos Oliveira (efectiva) e Dr.ª Maria Fernanda Guedes (suplente), em representação do Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Dr.ª Ana Filipa de Sousa (efectiva) e Dr.ª Cristina Evaristo (suplente), em representação da Direcção-Geral da Administração Pública.

Dr.ª Ana Pinto (efectiva) e Dr.ª Maria João Godinho (suplente), em representação do Instituto Português da Qualidade.

Arquitecta Maria Teresa Mourão de Almeida, a convite do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local.

30 de Junho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 16 522/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Março de 2005, com a anuência do director nacional da Polícia de Segurança Pública de 4 de Julho de 2005:

Ana Paula da Costa Oliveira da Silva, Elisa Maria Almeida Guedes, Liliana de Brito e Maria Umbelina Gregório Fernandes Barroso, agentes principais, n.ºs 2090/139675, 3913/137474, 5079/136824 e 6185/137069 do Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, a exercerem funções no Gabinete do Primeiro-Ministro — autorizada a renovação da requisição nos termos da Portaria n.º 462/86, de 23 de Agosto, conjugada com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de Abril, com efeitos reportados a 12 de Março de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 16 523/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Março de 2005, com a anuência do director nacional da Polícia de Segurança Pública de 4 de Julho de 2005:

Custódio Joaquim Brissos Pinto e Jorge Henrique dos Santos Teixeira da Cunha, agentes principais n.ºs 2301/130139 e 6020/131961, do Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, a exercerem funções de motorista no Gabinete do Primeiro-Ministro — autorizada a renovação da requisição nos termos da Portaria n.º 462/86, de 23 de Agosto, conjugada com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de Abril, com efeitos reportados a 12 de Março de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 16 524/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da UMIC — Agência para a Sociedade de Conhecimento, I. P., de 27 de Junho de 2005:

Maria Clara da Palma Mendonça da Costa Rosa, técnica superior de 1.ª classe de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça do Ministério da Justiça — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço das funções de apoio técnico ao Projecto Biblioteca do Conhecimento Online na UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P., com efeitos reportados a 1 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 16 525/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Julho de 2005:

Ana Maria da Costa Silva Rego Nunes, auxiliar de acção educativa do quadro de pessoal da Escola Básica 2, 3 de D. Fernando II de Sintra, de nomeação definitiva — reclassificada na categoria de auxiliar administrativa (escala 5, índice 170) e integrada no quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, nos termos conjugados do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com efeitos reportados a 14 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 497/2005. — Considerando a necessidade de assegurar o exercício de funções do cargo de director-geral da Administração Pública, presentemente vago na sequência da cessação de funções da anterior titular;